

BOLETIM 671

Brasília, 22 de outubro de 2018

Novo presidente terá que lidar com desemprego sem retirar direitos trabalhistas

Com milhares de desempregados no Brasil, especialista alerta que reforma trabalhista e as mudanças propostas para a CLT serão obstáculos do próximo chefe do Executivo

Em entrevista ao Seu Jornal, da TVT, o coordenador de educação e comunicação do Dieese, Fausto Augusto Júnior, avaliou que a criação de novos postos de trabalho deve ser a prioridade do próximo presidente. Com programas opostos, de acordo com Júnior, enquanto o candidato Fernando Haddad (PT) trata do desemprego como um problema do Estado, Jair Bolsonaro (PSL) reverte a questão ao mercado.

Atualmente, com a taxa média de desemprego em 12,1%, estima-se que 12,7 milhões de brasileiros estejam sem trabalho, e para o coordenador do Dieese, as mudanças propostas na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e a "reforma" criam mais obstáculos para o enfrentamento.

"O governo Temer acreditava em uma coisa muito simples: achava que a 'reforma' trabalhista resolveria todos os problemas e está muito claro que não resolveu. Não teve geração de empregos, que foi muito pontual e está vinculada ao mercado informal", explica Augusto



Júnior à repórter Michelle Gomes. A proposta de revogação da "reforma" consta apenas no programa de governo de Haddad, enquanto que o programa de Bolsonaro, segundo especialistas, pode na verdade aprofundar ainda mais o problema, já que retira ainda mais direitos do trabalhador, como o 13º salário.

Fonte: Rede Brasil Atual

Pesquisa CUT/Vox Populi: Bolsonaro (53%) e Haddad (47%)

A diferença entre o candidato do PSL à Presidência da República, Jair Bolsonaro, e o candidato do PT, Fernando Haddad, está em 6 pontos percentuais. De acordo com pesquisa feita pelo instituto Vox Populi, Bolsonaro está com 53% dos votos válidos e Haddad, com 47%. O levantamento foi feito na terça-feira e quarta-feira, antes, portanto, da publicação das denúncias envolvendo a prática de crime eleitoral da campanha de Bolsonaro, por meio do financiamento empresarial da distribuição em massa de fake news via listas de WhatsApp.



No voto estimulado, Haddad lidera na região Nordeste, vencendo Bolsonaro por 57% a 27%. Nas demais regiões, o presidenciável do PSL lidera, alcançando 21 pontos percentuais de vantagem sobre o adversário nas regiões Sudeste e Sul.

Em termos absolutos, Bolsonaro aparece com 44% e Haddad com 39%. Brancos e nulos somam 12% e outros 8% disseram não saber/não responderam. A pesquisa foi contratada pela CUT e contou com 2 mil entrevistas aplicadas em 120 municípios. A margem de erro é de 2,2%, estimada em um intervalo de confiança de 95%. A sondagem foi registrada no TSE com o número BR-08732/2018.

Fonte: Rede Brasil Atual

PDT pede anulação das eleições e cassação da candidatura de Bolsonaro

O PDT entrou sexta-feira (19) com uma ação no Tribunal Superior Eleitoral pedindo a anulação da votação do primeiro turno, realizada no dia 7 deste mês, e de cassação da candidatura de Jair Bolsonaro, do PSL, à Presidência da República. A base do pedido é a denúncia feita pelo jornal Folha de S.Paulo em reportagem publicada quinta (18), segundo a qual empresários apoiadores de Bolsonaro custearam serviços de envio de mensagens em massa pela plataforma WhatsApp.

Segundo o PDT, o episódio corresponde à conduta de abuso de poder econômico, vedada pelo Código Eleitoral. Para os advogados do partido, o emprego de sistemas de disparo em massa ocasionou desequilíbrio na disputa, com

gastos e estrutura maiores beneficiando a candidatura de Jair Bolsonaro, violando o princípio da “paridade de armas”.

O partido também pede que se apure se houve recurso não contabilizado (caixa 2) para a campanha do PSL. “O financiamento da propaganda eleitoral foi constituído de forma ilícita, na medida em que a doação empresarial é vedada de forma direta ou indireta, logo, seja por disponibilização de dinheiro ou por realização de gastos de campanha, como a mencionada contratação. O uso de recursos empresariais é terminantemente vedado”, afirma a ação.

De acordo com o PDT, o abuso de poder econômico e a ilegalidade dos repasses justificam a anulação das eleições. Diz o Artigo 222 do Código Eleitoral: “É também anulável a votação, quando viciada de falsidade, fraude, coação ou emprego de processo de propaganda ou captação de sufrágios vedado por lei”. “As fake news [notícias falsas] foram responsáveis, sim, pelo resultado das eleições, e isso é crime previsto no Código Eleitoral. Não há outra via senão o pedido de cancelamento das eleições”, afirmou o presidente da legenda, Carlos Lupi.

A ação pede, além da anulação, a inelegibilidade do candidato Jair Bolsonaro e seu vice, General Mourão, bem como a investigação da participação destes e das empresas supostamente contratadas para o disparo em massa e de empresários que financiaram o serviço. Entre os atos solicitados estão a quebra de registro bancário e telefônico e disponibilização de relatórios contábeis e fiscais das empresas apontadas.

Fonte: Agência Brasil



Eduardo Bolsonaro diz que basta "um soldado e um cabo" para fechar STF

Em um vídeo postado nas redes sociais, Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente Jair Bolsonaro e deputado federal eleito por São Paulo, diz que bastam um soldado e um cabo para fechar o Supremo Tribunal Federal (STF). A afirmação foi em resposta a um questionamento sobre uma possível ação do Exército caso Bolsonaro fosse impedido de assumir a Presidência por alguma decisão do Supremo.

“Se quiser fechar o STF, sabe o que você faz? Não manda nem um jipe. Manda um soldado e um cabo. Não é querer desmerecer o soldado e o cabo”, afirmou o deputado eleito para uma plateia de estudantes, em uma palestra antes do primeiro turno.

Eduardo Bolsonaro acrescentou: “O que é o STF? Tira a poder da caneta da mão de um ministro do STF, o que ele é na rua. Se você prender um ministro do STF, você acha que vai ter manifestação popular a favor dos ministros do STF? Milhões na rua?”.

Fonte: Agência Brasil

Marco Aurélio sobre Eduardo Bolsonaro: 'não se tem respeito por instituições'

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Mello, classificou de "muito ruim" a fala do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), que diz que basta "um soldado e um cabo" para fechar o Supremo. Para o ministro, são "tempos estranhos" e a afirmação infeliz mostra que "não se tem respeito pelas instituições pátrias". O magistrado conclui: "vamos ver onde é que vamos parar".

A reportagem do portal UOL destaca que "a afirmação criticada por Marco Aurélio foi feita por Eduardo Bolsonaro em resposta a questionamento, durante palestra antes do 1º turno, em 9 de julho, sobre a possibilidade de seu pai ser impedido de assumir o Planalto caso fosse eleito ainda na primeira fase da corrida presidencial. Na ocasião, Eduardo estava dando uma palestra em Cascavel (PR) para alunos de um curso preparatório para o concurso da Polícia Federal".

Indagado se a declaração poderia evidenciar uma afronta à separação entre Poderes, o magistrado respondeu: "não sei, pois é o estágio da nossa democracia né. Vamos aguardar as eleições para ver o que ocorrerá em 2019. É tempo de temperança, importante é as instituições funcionarem".

Fonte: Brasil247



Bolsonaro prepara 'pacotão' de medidas e vai conversar com o Congresso

O candidato do PSL à Presidência da República, Jair Bolsonaro (PSL), disse que, se eleito, as propostas de governo só serão encaminhadas ao Congresso Nacional, depois de conversas com senadores e deputados federais. De acordo com ele, pretende apresentar uma série de medidas que devem ser negociadas com os parlamentares

“Não vamos apresentar nada sem conversar com os parlamentares. Para ter certeza que essas reformas serão aprovadas de forma racional pelo Parlamento.”

Ele reiterou que não pretende participar de debates, como vem cobrando seu adversário Fernando Haddad (PT).

O candidato do PSL rebateu as acusações de envolvimento no esquema supostamente financiado por empresários para disseminar fake news anti-PT. Segundo ele, sua campanha é feita por simpatizantes e ele, pessoalmente, não tem amizade com empresários. “São milhões e milhões de pessoas que trabalham pela minha candidatura. São robôs do bem.”

Pacotão - Segundo Bolsonaro, na relação do “pacotão de medidas” estão propostas que se referem à segurança jurídica para o campo. “Não pode o fazendeiro hoje ouvir uma notícia que a terra dele vai ser demarcada.” Ele disse que o setor produtivo precisa ter garantias quando houver demarcação de terras ou reintegração de posse de terras.

Também examina a possibilidade de tipificar como “terrorismo” eventuais ocupações do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

“Nós vivemos em paz e harmonia. Invasão de terra não pode continuar acontecendo no Brasil.”

O candidato reiterou os nomes que devem compor seu futuro ministério: o general Augusto Heleno para Defesa, o deputado federal Onix Lorenzoni (DEM-RS) para Casa Civil, o astronauta Marcos Pontes para Ciência e Tecnologia, e Paulo Guedes para Economia. Ele confirmou que pretende unir os ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente. Bolsonaro confirmou que pretende buscar amparo jurídico para colocar as Forças Armadas no patrulhamento de rotina nas cidades.

PF abre inquérito para investigar fake news

A Polícia Federal (PF) instaurou inquérito para investigar a disseminação de mensagens pelo WhatsApp referentes aos candidatos à Presidência da República. O TSE também abriu processo, depois de ação ajuizada por Haddad (PT) na quinta (18).

O pedido de abertura de investigação foi feito pela procuradora-geral da República, Raquel Dodge. Ela quer que a PF apure o possível uso de esquema profissional por parte das campanhas, com o propósito de propagar notícias falsas (fake News).

Esta semana, jornais publicaram matérias segundo as quais empresas de marketing digital, custeadas por empresários que apoiam o candidato à Presidência, Jair Bolsonaro, estariam disseminando conteúdo em milhares de grupos do aplicativo.

Para a procuradora Raquel Dodge, o quadro de possível interferência na formação de opinião dos eleitores com atuação dessas empresas com mensagens que podem caracterizar ofensas aos dois candidatos “afronta a integridade do processo eleitoral”.

Fonte: EBC

Comissão amplia estabilidade no emprego para mulher em licença-maternidade

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados aprovou proposta que amplia de cinco para sete meses o tempo de estabilidade no emprego das mulheres após o parto.

O texto original (PL 6285/16), do deputado Augusto Carvalho (SD-DF), compatibilizava a licença-maternidade de seis meses concedida por empresa participante do Programa Empresa Cidadã à estabilidade no emprego das mulheres.

A relatora na comissão, deputada Laura Carneiro (DEM-RJ), ampliou em um mês o tempo de estabilidade depois do nascimento da criança, totalizando sete meses. Segundo ela, a mudança foi feita para assegurar maior tempo de aleitamento materno.

“A sugestão da deputada Carmen Zanotto (PPS-PR) merece ser acolhida, pois amplia a proteção das trabalhadoras lactantes e dos lactentes em uma fase essencial do desenvolvimento humano”, disse.

O texto altera a Lei 11.770/08, que criou o Empresa Cidadã.

Adoção - Outra mudança de Laura Carneiro ao projeto original garante às trabalhadoras que adotarem ou obtiverem guarda judicial de criança os mesmos sete meses de estabilidade funcional. “É necessário um aperfeiçoamento no texto para deixar claro que a prorrogação da estabilidade provisória também é devida aos adotantes”, afirmou.

O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) prevê a estabilidade no



emprego para as empregadas gestantes até cinco meses após o parto. Isso significa que, atualmente, as mulheres com licença-maternidade de seis meses ficam um mês sem a cobertura da estabilidade gestacional.

Tramitação - A proposta, que tramita em caráter conclusivo, ainda será analisada ainda pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. O texto já foi aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços.

Fonte: Agência Câmara

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLD PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS